

Entrevista Memória com  
LEILA LIMA SANTOS<sup>1</sup>

## Serviço Social na América Latina: 1970-1980

A Revista *EM PAUTA* faz, por meio desta *entrevista memória*, uma homenagem à assistente social brasileira *Leila Lima Santos*, por sua decisiva contribuição ao processo de renovação crítica do Serviço Social no Brasil e na América Latina, em especial nas décadas de 1970 e de 1980.

O propósito é resgatar e atribuir visibilidade pública à sua contribuição ao processo de construção coletiva da história da profissão no cenário do Serviço Social latino-americano.

Com os avanços da americanização do poder mundial, no pós-Segunda Guerra Mundial, sob a liderança dos EUA, aprofunda-se o desenvolvimento dependente do capitalismo na América Latina, sob o impulso decisivo e o usufruto das classes e segmentos que detinham o poder dominante nas sociedades nacionais. Ao mesmo tempo, renovam-se, metamorfoseados e refuncionalizados, os traços herdados do passado colonial, que redundam na crescente concentração da terra, da propriedade e do

<sup>1</sup> Entrevista realizada pela professora Dra. Marilda Villela Iamamoto, membro do Comitê Editorial da Revista *EM PAUTA*, professora titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

capital. No anverso desse processo, verifica-se a restrição ampliada do acesso às conquistas civilizatórias por parte dos mais amplos segmentos trabalhadores dos povos hispano-americanos e luso-americanos – negros africanos, comunidades indígenas, migrantes de diferentes origens étnicas –, conformando o que Fernandes (1976) já qualificou de *democracia restrita*. Eles experimentaram, como seu avesso, o crescimento econômico heterônomo e a dominação burguesa, alimentados com seu trabalho, de cujos frutos foram privados de usufruir.

Nos quadros da guerra fria, a influência norte-americana tensiona a economia e as artes, a religião e a ciência. Ela invade a intelectualidade e a cultura, exerce uma forte disputa pela direção da organização política da sociedade civil ante a ameaça comunista. Basta lembrar os programas de desenvolvimento rural para a América Latina e o desenvolvimento de comunidade. A baixa tolerância ante as mais diversas formas de resistência política, econômica e cultural revigora, contraditoriamente, as lutas pela autonomia, na certeza de que tínhamos o direito de trilhar nossos próprios caminhos, como já cantava o grande músico e poeta Joan Manuel Serrat: *caminante no hay camino, se hace camino al andar*. Aglutinam-se, nessa direção, trabalhadores e agricultores, comunidades indígenas, estudantes, universidades – pesquisadores, docentes e universitários –, parcelas da intelectualidade, segmentos progressistas das Igrejas, entre outros.

Os assistentes sociais não ficaram submersos ou alheios aos desafios dessa quadra histórica. Sacudiram a poeira do passado e deram radicais giros acadêmicos e técnico-profissionais, por meio de uma notável articulação latino-americana.

Com o suporte de recursos de agências internacionais, dentre as quais se destaca a *Fundação Konrad Adenauer* (FKA), vinculada à democracia-cristã alemã – e sob seus auspícios financeiros – ainda que preservando a autonomia na condução dos processos políticos e técnico-profissionais –, os assistentes sociais refundaram a *Asociación Latinoamericana de Trabajo Social* (ALAETS) – e criaram o seu órgão acadêmico, o *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* – (CELATS) –, organismo de cooperação técnica internacional. Estas entidades exerceram um importante papel na renovação crítica do Serviço Social, catalizando-a e impulsionando-a por meio da capacitação continuada, da pesquisa, da produção acadêmica, da divulgação e da difusão científicas, fomentando encontros e debates, rompendo as barreiras nacionais, sem desconhecer as suas particularidades.

E o Brasil teve uma presença pioneira nesse movimento profissional latino-americano. Ele se encontra na base dos avanços acadêmicos e ético-políticos, que tiveram lugar no âmbito do Serviço Social Brasileiro em fins da década de 1970. Aí cabe um especial destaque à Escola de Serviço Social, da então Universidade Católica de Minas Gerais – hoje PUC/MG –, sob a direção da professora Leila Lima Santos, que representou um pólo de oposição à modernização tecnocrática e conservadora do Serviço Social no país, nos anos duros da ditadura militar.

Nossa homenageada assumiu, posteriormente, a direção do CELATS, passando a dinamizar e coordenar esse movimento de renovação profissional na América

do Sul, México e Caribe, nos marcos da conhecida *reconceituação latino-americana do Serviço Social*.<sup>2</sup>

Em meados dos anos 80, Leila Lima Santos ingressa no *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados* (ACNUR), passando a exercer a difícil tarefa da diplomacia internacional em áreas de conflito na perspectiva da defesa dos direitos humanos, certamente uma representação pioneira, nessa área, do Serviço Social brasileiro na chamada “comunidade internacional”.

Por tudo isso aqui enunciado – e muito mais, como é possível constatar nesta entrevista –, o Comitê Editorial da Revista *EM PAUTA* está convencido da justiça desta homenagem e da importância de trazer à cena pública a vida e o trabalho da assistente social brasileira *Leila Lima Santos*. Com a riqueza da sabedoria das Minas Gerais, o poeta Murilo Mendes nos dá o significado dessa iniciativa: “A memória é uma construção do futuro, mais que do passado”.

### **Em Pauta: Quem é Leila Lima Santos? Fale um pouco de sua trajetória profissional e política.**

**Leila Lima:** Minha trajetória profissional está relacionada ao curso de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), ao curso de pós-graduação em Sociologia do Trabalho na França (1966-1969), no Instituto de Ciências Sociais do Trabalho na Universidade de Paris. Fui professora e diretora da Escola de Serviço Social da PUC/MG, em Belo Horizonte, durante mais de cinco anos. Exerci a função de Coordenadora Acadêmica e Diretora do *Centro Latino-americano de Trabajo Social* (CELATS), em Lima, Peru (1977-1983). Fui funcionária das Nações Unidas durante mais de vinte anos, trabalhando no México, Honduras, El Salvador, Guatemala e Colômbia. Exerci a função de professora co-orientadora do curso de pós-graduação sobre Conflitos e Fluxos Forçados de População, em Castellon, Valencia, Espanha, em 2002.

<sup>2</sup> O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, dentre outras expressões. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um *Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciavam-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir para a organização, a capacitação e a conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região. De base teórica e metodológica eclética, o movimento de reconceituação foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas. Em seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, este movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, além de outras influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. Esse período coincide com a ditadura militar no Brasil, fazendo com que o debate aqui assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos. Verifica-se, no Brasil, nesse período, um pólo de resistência a esta vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como se expressou nos países de língua espanhola.

**EP: No início dos anos 70, você assumiu a direção da Escola de Serviço Social da UCMG, em plena ditadura militar. Em sua gestão, essa Universidade construiu uma importante proposta de renovação da formação e do exercício profissionais, com ampla repercussão latino-americana. Você poderia nos caracterizar essas propostas – seus acertos e debilidades, historicamente datadas e seus desdobramentos?**

**LL:** A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (PUC/MG) viveu um processo muito interessante nos anos 70 e contou com um grupo de qualificados e comprometidos professores tanto na área de Serviço Social como das Ciências Sociais, todos eles adeptos dos ventos “cambiantes” da reconceituação latino-americana. Muitos de nós, diretores e vários professores, estávamos inspirados nos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire, nos processos críticos em voga nas ciências sociais naqueles momentos e nos propósitos de mudança da revolução cubana. Em geral, éramos simpatizantes da ideologia de esquerda e dos governos e iniciativas progressistas latino-americanos.

Nossa proposta na Escola era romper com o esquema “tradicional” do Serviço Social, mudar os elementos teóricos da formação profissional, enriquecê-los com as Ciências Sociais e dar muita ênfase na busca de novos campos de trabalho e práticas profissionais que ampliassem os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais e assistencialistas da profissão.

Quando falávamos do esquema tradicional do Serviço Social, referíamos-nos ao legado europeu de assistência e beneficência aos necessitados como parte de uma nobre atitude cristã frente à dor humana. E também aludíamos à corrente norte-americana que considerava que os problemas e desajustes dos indivíduos, grupos ou comunidades eram desvios de conduta e de comportamento, em que as pessoas eram os únicos e principais responsáveis, já que se assumia que o sistema capitalista dava iguais oportunidades a todos.

Estas perspectivas estavam orientadas por um novo “marco teórico-metodológico”, cuja dimensão metodológica foi conhecida como *Método BH*. O Método BH se referia à relação intrínseca entre conhecimento, processo de pesquisa e intervenção direta com instituições ou grupos de população. O Serviço Social tradicional, como já foi dito, ignorava a gênese da “questão social”, porque se centrava em teorias behavioristas individuais e psicologistas dos problemas sociais. Além do mais, a sua abordagem de investigação era apenas pragmática: diagnóstico, estudo e tratamento corretivo, feito em compartimentos estanques do caso, grupo, comunidade.

Em contraste, o Método BH partia do pressuposto de que os indivíduos agiam em função do seu momento histórico e das grandes variáveis econômicas e sociais, e que estavam condicionados pelas relações de classe e relações externas (em função da natureza dos nossos Estados Nacionais). Assim mesmo, pensava-se que a pesquisa era construída através de aproximações permanentes e sucessivas entre conhecimento e prática, entre indivíduo e sociedade. Privilegiava-se a influência sobre as políticas sociais estatais ou sobre as estruturas socioeconômicas que sobre as pessoas em particular. O Método BH congregava, na pesquisa, professores de Serviço Social e cientistas sociais, supervisores, estudantes que conformavam as Equipes de Prática da Escola de Serviço Social.

O Método BH foi permanentemente avaliado por professores e estudantes numa experiência coletiva e de ativa participação.

Ele se desenvolveu em um período de radicalizações e de alinhamento à teoria da dependência do continente em relação aos centros de poder mundial, sobretudo os Estados Unidos, e aos postulados humanistas marxistas. Tudo isso permeou a experiência da Escola de Belo Horizonte, que não foi isenta também de dificuldades e limitações teóricas, práticas, estratégicas e científicas.

De fato, a ditadura militar impunha suas regras e seus limites. E dentro desse contexto tratamos de reinterpretar o papel da nossa profissão e sua inserção na sociedade. E sonhamos com um Serviço Social refundado para um Brasil diferente e comprometido com a superação dos problemas e condições de vida das maiorias sociais. Este é, no meu entender, um valor agregado indubitável da experiência da Escola de Belo Horizonte.

A experiência de BH permitiu uma tomada de consciência sobre a dimensão política da intervenção profissional, sob o ângulo da esquerda e da identidade com os movimentos de mudança social e política. E isso nos anos 70, em plena vigência da ditadura, significou um salto qualitativo de importância considerável no meio profissional.

Eu diria que fomos bastante ousados, motivados pela identificação com as maiorias oprimidas e pela simpatia com os princípios marxistas. Estávamos num processo de busca, éramos temerários e audazes para o período de vigência de tempos políticos de um Brasil repressivo e sombrio.

Trinta anos depois de ocorridos esses fatos, lúcidos analistas fazem um balanço do processo de reconceituação, sinalizando críticas à ambigüidade nas abordagens teóricas, metodológicas, ideológicas e políticas desse movimento. Mas, ao mesmo tempo, reconhecendo que este movimento mostrou um caminho para uma nova formação dos assistentes sociais, estimulando um diálogo com outros cientistas sociais, desvelando o ângulo político da ação profissional e reforçando a influência da profissão na formulação de políticas públicas. Ter podido romper e superar os clássicos e tradicionais modelos vigentes até então num Serviço Social meramente assistencialista e conservador permitiu o primeiro grande salto qualitativo da profissão e seu lançamento a outras dimensões.

**EP: O que motivou a interrupção dessa proposta, com a demissão coletiva de professores da ESS/UCMG, e qual a sua avaliação desse processo?**

**LL:** Como já indicado, estávamos todos, professores e estudantes, comprometidos com o novo projeto da Escola de Serviço Social. E mantínhamos, ademais, construtivas relações com a representação (grêmio) profissional. Mas esses eram também tempos de radicalizações, de firmes tomadas de posição política e de reivindicações aceleradas. Um grupo de estudantes, certamente simpatizante de grupos políticos que faziam legitimamente uma ativa resistência à ditadura militar no país e desejando que a Escola avançasse mais rapidamente com sua proposta, convocou uma greve por reivindicações acadêmicas, organizativas e materiais interna a essa unidade de ensino. Isso, no contexto da ditadura, complicou o quadro político. As autoridades nacionais de segurança solicitaram à Universidade (PUC/MG) os nomes dos líderes

do movimento grevista no marco do Decreto 477 (dentro do AI5), que estabelecia penalidades para estudantes e professores. Com a intenção de preservar os estudantes, chegamos a um ponto de inflexão: a renúncia coletiva de mais de trinta professores. Tenho a convicção de que nem os estudantes nem o corpo docente avaliaram política e estrategicamente, em toda sua dimensão, os riscos dessa posição e suas conseqüências. E creio também que no fundo pensávamos que a renúncia facilitaria um regresso fortalecido para reassumir o processo da Escola de Serviço Social. Na verdade, pecamos por ingenuidade e fomos afastados do processo. E nosso projeto terminou “adestempo”, truncando-se de forma prematura em 1975. E a experiência de BH foi renegada e criticada duramente, ainda que também renascesse através de outros processos, como ocorreu, por exemplo, no caso do CELATS.

Entendo que, no Brasil, nos últimos anos se reavivou a necessidade de invocar a memória coletiva dessa singular experiência de formação profissional da Escola de BH.

**EP: Em 1979, ocorreu a Convenção da Associação Brasileiro de Ensino em Serviço Social (ABESS), realizada em Natal (RN). Em convenção anterior da entidade (1976), realizada em Piracicaba (SP), ocorreu um importante embate entre perspectivas distintas do Serviço Social brasileiro, do qual você foi uma das protagonistas. Poderia nos informar sobre esse debate?**

**LL:** Este foi um momento muito difícil. Na análise de diversas experiências tive um enfrentamento público com respeitados professores, alguns dos quais me convidaram a abandonar a profissão porque as observações que acabava de fazer eram não somente de um extremismo esquerdista inaceitável, mas também desviantes da essência da ação profissional. Muitos anos depois – e coordenando com estes professores algumas atividades do CELATS – pudemos serenamente reavaliar aqueles incidentes. Para mim, na verdade, o que ocorreu foi uma previsível e inevitável tensão entre duas posições do Serviço Social no Brasil: a nossa, que continha, ainda que num nível mais ideológico, elementos de renovação e de ruptura com um Serviço Social tradicional comprometido com o *establishment* e que ressaltava a dimensão política do atuar dos assistentes sociais. E a outra, que negava esta dimensão política e ressaltava um caráter neutral e predominantemente técnico do Serviço Social.

**EM PAUTA: Nas décadas de 1970 e 1980, você foi diretora do Centro Latino-americano de Trabajo Social (CELATS). Poderia nos relatar sua experiência nesse período, da entidade que dirigia e suas relações com a ALAETS?**

**LL:** O CELATS, como Organismo de Cooperação Técnica Internacional, surgiu na América Latina como desdobramento do Projeto de Serviço Social do Instituto Solidariedade Internacional (ISI), da Fundação Konrad Adenauer (FKA), da democracia cristã alemã. Como “Centro de Investigação e Docência, o CELATS se propôs a desenvolver análises teóricas, metodológicas e instrumentais referentes à implementação da ação profissional sobre as reais condições enfrentadas pelos setores populares da América Latina, onde opera a intervenção do Serviço Social”. Seu objetivo centrava-se, portanto, em atuar com cientistas sociais mais diretamente vinculados orgânica e institucionalmente com os beneficiários das políticas estatais

e trabalhadores em geral. Não se deve esquecer que, ao mesmo tempo, a democracia cristã tinha outros projetos relacionados ao desenvolvimento e ao fortalecimento das entidades sindicais dos trabalhadores organizados na Confederação Latino-americana de Trabalhadores (CLAT).

De fato, o CELATS conformou um importante e articulado núcleo pensante, que contribuía para o debate conectado com as principais tendências da época e que colaborou para dar direção ao pensamento das unidades de ensino de Serviço Social. As outras correntes, embora existissem, não tinham um equivalente ao CELATS, e isso contribuiu para o espaço ocupado por esta instituição fosse mais amplo.

Tiveram muita importância toda a produção de materiais e as reuniões e os seminários que organizamos. Deve-se destacar o papel cumprido pela revista *Acción Crítica*, que chegou a ser amplamente consultada pelos assistentes sociais na América Latina, incluindo os que atuavam fora do âmbito acadêmico. Sua aceitação em diferentes âmbitos foi indiscutível.

No Brasil, a Editora Cortez colaborou muitíssimo para que estes materiais chegassem às Faculdades de Serviço Social com uma boa rede de distribuição. Seus diretores estavam sempre atentos aos eventos profissionais no país e no continente, sintetizados com a reconceitualização.

Na América Latina, as equivalentes editoras argentinas Humanitas y ECRO lamentavelmente perderam sua força inicial como difusoras num contexto político altamente repressivo. Cada país teve então de encontrar sua maneira para disseminar os materiais que produzia.

O CELATS analisava dinamicamente as experiências inovadoras da prática profissional latino-americana. Nesse período, por exemplo, o método da Investigação-Ação na Colômbia (Orlando Fals Borda e Maria Cristina Salazar guardaram sempre uma grande aproximação com os assistentes sociais na Colômbia e na América Latina) teve influência significativa nesse processo. No mesmo país, pode-se mencionar a contribuição de German e Manuel Zabala. Este último, antropólogo, desenvolveu uma abordagem gnosiológica do trabalho de campo. E German Zabala, matemático, enfatizou sua dimensão política através de sacerdotes católicos que trabalhavam nos grandes bairros populares. Todos estes métodos inspiraram as propostas metodológicas das faculdades de Serviço Social. E o CELATS se empenhou em apoiar projetos de investigação social que buscavam resgatar a ação profissional com destacados atores.

No Peru, por exemplo, foram emblemáticas as experiências de remodelação de uma zona urbana de Lima (El Agustino) e a do programa de saúde de Chorrillos. A experiência de El Agustino acompanhou um processo de reivindicação no marco de uma assimétrica relação entre o Estado e um grupo de habitantes desta zona. Este grupo de habitantes se vinculou com a organização das mulheres nos conhecidos Comedores Populares. Reunidas por iniciativa própria e estimuladas, principalmente, pela Igreja Católica, essas organizações de mulheres se constituíram num espaço de sobrevivência e de sua afirmação como cidadãs, reivindicando um subsídio para a alimentação, mesmo no contexto de grave crise econômica do então governo de Belaunde Terry. A análise dessa experiência (sistematização, como dizíamos) culminou com a produção de úteis materiais no campo da segurança alimentar.

Pelos seus aspectos inovadores, esta experiência foi apresentada em um seminário organizado pela FKA na Alemanha, em 1979.

A experiência de Chorrillos foi amplamente analisada em uma das publicações do CELATS sobre Investigação-Ação. Esta marcou também um desafio importante, na medida em que possibilitou uma política de promoção, prevenção e atenção de saúde pública de alcance nacional. O CELATS contribuiu, também, indiscutivelmente para dar à profissão um valor social que não tinha até então: ingressar ao debate com as Ciências Sociais. O CELATS colaborou então para que o Serviço Social se situasse nesta discussão a partir da natureza de sua prática profissional.

O CELATS, como já disse, soube também captar qualificados recursos acadêmicos e teóricos do pensamento da época (Marilda Villela Yamamoto, José Paulo Netto, Alejandrino Maguiña, Jorge Parodi, Ivan De Gregori, Diego Palma, Manuel Manrique, Carlos Urrutia, Walter Tesch, Roberto Rodriguez). Estes estudiosos estiveram todos ligados organicamente ao CELATS.

À medida que as ditaduras militares foram afirmando-se em vários países da América Latina, as experiências de renovação do Serviço Social ficaram cativas da esfera acadêmica, graças à relativa autonomia de que estas gozavam. Os espaços democráticos nos organismos de Estado eram, por seu lado, bem restringidos. E não se tinha, todavia, na agenda política do continente o combate à pobreza nem a governabilidade, que perto do final do século voltou a emergir. Seguramente essa retração democrática marcou a formação profissional das gerações dos anos 80.

É certo, também, que o CELATS trabalhou intensamente na articulação gremial dos assistentes sociais. A dimensão continental de suas reuniões, seminários e congressos contribuiu para potencializar este objetivo. Os resultados foram muito positivos não somente para a *Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Trabajo Social* (ALAETS), mas também para os grêmios em seus respectivos países. As relações entre o CELATS e a ALAETS foram absolutamente endógenas. Não somente porque o Centro foi criado como uma espécie de depositário dos princípios e fundamentos de um Serviço Social que queria renovar-se teórica e praticamente – e que estava identificado com esta agremiação ao nível continental –, mas também pelo fato de que o CELATS teve como base de fundação sua clara e estatutária filiação à ALAETS, como o “seu” centro acadêmico. Lembro-me de que houve sempre uma tensão (bem administrada, mas sempre presente) entre ambas as organizações. Os diretivos da ALAETS insistiam em fazer do CELATS o ente executor de suas políticas. O CELATS, por outro lado, sobretudo o Diretor, os Coordenadores Acadêmicos e os Investigadores (que, na prática, funcionavam como um verdadeiro colegiado), queria conformar uma instituição acadêmica que fosse mais transcendente no apoio a todos os profissionais. As inúmeras e intermináveis assembleias da ALAETS e as Federações de Assistentes Sociais nos impunham muitas vezes Conselhos Diretivos completamente heterogêneos e de muito difícil manejo político-acadêmico.

Tudo isto não ocorreu sem alguns problemas com os “assessores” da FKA, que, sendo profissionais dinâmicos, comprometidos e democráticos, tratavam de todos os modos de influenciar os rumos do CELATS e da ALAETS. De todas as maneiras, foi notável que os democratas-cristãos apoiassem esse projeto com significativos recursos para a época, e que respeitassem, no fundamental, nossos propósitos e objetivos

de investigação, formação e articulação profissional. Ademais, eles ajudaram a projetar o CELATS como um organismo de cooperação técnica internacional, através da participação em eventos como o XVIII Congresso Internacional de Escolas de Serviço Social; o IV Simpósio da Federação Internacional de Assistentes Sociais, a XIII Conferência Internacional do International Council of Social Welfare (ICSW), todos em 1976, em Porto Rico; e o de Alejandria, no Egito, convocado pela União dos Estados Africanos, homônima da Organização dos Estados Americanos (OEA), na América Latina, em 1977.

A independência do CELATS, *vis-à-vis* de nossos patrocinadores, foi seguramente beneficiada por um forte sentimento de identidade e de afiliação a um grande grupo latino-americano, que dava visibilidade e validade às nossas idéias. Éramos respeitados e tínhamos a força de um entusiasmo desmedido, uma singular abertura para questionar e um espírito quase aventureiro, que nos impulsionavam a realizar experiências e a desenvolver projetos interessantíssimos, mas também com considerável grau de dúvidas e incertezas. Construiu-se naqueles anos uma grande rede de relações e de apoio que nos acolhia como ilustres visitantes. Contribuía para tanto o fato de que o CELATS tinha manifesto interesse em apoiar os grupos existentes e criar condições para gerar novas formas de organização. Obteve-se também o apoio decidido de importantes teóricos do continente, que dedicavam tempo e energia aos temas de nosso interesse (Lúcio Kowarick, Carlos Vilas nos temas de política social, entre outros). Havia uma positiva e favorável resposta do coletivo profissional, que incorporava os textos, as experiências e as investigações do CELATS como instrumentos valiosos para sua prática e orientadores de sua própria busca. Havia uma extraordinária capacidade de organização: realizávamos eventos enormes, com mais de duas mil pessoas, em que se discutia, com paixão e com grande compromisso, os temas tão abstratos como a base teórica do Serviço Social ou tão práticos como a conformação dos entes diretivos da ALAETS, ou a sede de uma próxima reunião para definir a programação anual. Passávamos horas discutindo sobre os enfrentamentos “teóricos” e a busca de respostas aos temas referentes trabalho-político e trabalho-profissional.

Lembro-me, também, das intermináveis reuniões de discussão com os Conselhos Diretivos do CELATS tratando de negociar com os diretivos da ALAETS a dotação de recursos e a necessidade de incorporar e fortalecer a organização gremial. A busca de novos caminhos, a definição de estratégias e a coragem para empreender projetos em 18 países da América Latina e administrar um orçamento de 250 mil marcos por ano, há 25 anos, falam da audácia daqueles anos. Vivíamos uma emoção especial que nos transmitia vigor e entusiasmo.

**EP: Gostaríamos que nos falasse sobre o papel do CELATS em relação à pós-graduação do Serviço Social na América Latina.**

**LL:** Uma das características do CELATS foi tentar atingir toda a formação profissional e uma expressão desta política foi a criação em 1978 do primeiro *Mestrado em Serviço Social na América Latina* (MELATS), em convênio com a Universidade Nacional de Honduras, em Tegucigalpa. Esta universidade tinha um considerável grau de autonomia e seu Reitor, Reyna, era um respeitado e democrático acadêmico.

Naquele momento, apenas se iniciava no Serviço Social sua formação ao nível de pós-graduação. O objetivo do MELATS era lograr a formação de um grupo de profissionais altamente qualificados teoricamente, com vocação investigativa e comprometidos com uma nova mirada a respeito do marco institucional e à realidade social do continente. O programa de estudos desse mestrado esteve orientado ao estudo e à análise das políticas sociais com a idéia de converter as instituições em processos de organização favorável à participação social. A idéia era criar um significativo programa de formação e investigação latino-americano. Posteriormente, esse mestrado foi adquirindo um caráter mais centro-americanista. O MELATS contou, em seus primeiros anos, além do CELATS, com a contribuição de reconhecidos centros de pesquisa e investigação na América Latina, como a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) e o *Consejo Superior Universitario Centroamericano*, (CSUCA). Conseguimos, com o apoio da FKA, um programa de bolsas que permitiu uma ampla cobertura de participação de estudantes provenientes de vários países do continente e, posteriormente, da Espanha. Este Mestrado foi progressivamente se ampliando para profissionais de outras áreas das ciências sociais e para a gestão em desenvolvimento. O MELATS contou com a participação de exímios e reconhecidos professores de Costa Rica, Honduras, Argentina, Guatemala, Chile e Brasil e com diretores de grande trajetória no meio profissional e acadêmico das ciências sociais (Boris Lima, Diego Palma, Guillermo Molina Chocano).

Como toda experiência, esta não esteve isenta de dificuldades várias, tanto no âmbito acadêmico como organizacional e de recursos. Enfrentávamos vários labirintos teóricos, logísticos e de definição dos conteúdos. Também havia dificuldades para encontrar a melhor solução dos conflitos gerados pelas reivindicações dos alunos, que se destacavam pelo seu grau de criticidade, muitos dos quais com reconhecida trajetória em seus respectivos países. Ademais, havia vários e grandes desafios: articular um programa acadêmico cujo eixo central fosse a investigação das políticas sociais e definir que tendência priorizar, uma formação generalista ou especialista; como vivenciar na prática o significado de uma experiência interdisciplinar; e, sobretudo, como lograr um espaço e um reconhecimento no mundo acadêmico para os quais era imprescindível superar os níveis em que se encontrava o Serviço Social. Tínhamos enormes dificuldades para conseguir professores que quisessem viver em Tegucigalpa, muitas vezes sem suas famílias. Com todos esses desafios, o CELATS conseguiu, através desta experiência, uma importância na articulação de um processo de formação acadêmica no continente. E com todas as suas limitações creio que esta experiência foi uma das mais exitosas e uma das mais ousadas empreendidas pelo CELATS.

**EM PAUTA: Na época da revolução sandinista da Nicarágua, o curso de Serviço Social foi fechado e o CELATS, na sua gestão, foi chamado a repensar uma proposta de curso condizente com os novos rumos políticos do país. Qual a análise que você faz dessa experiência?**

**LL:** Esta foi também, sem dúvida, uma das experiências mais impactantes, não só pela força do movimento sandinista, mas também pelas esperanças, ilusões e fantasias que foram criadas em toda América Latina em geral e também no Serviço Social em

torno à “revolução sandinista”. O vínculo com a Nicarágua foi estabelecido através da ALAETS, coincidindo com o momento em que a Escola de Serviço Social foi fechada pelo Governo Sandinista, que considerava que os profissionais de Serviço Social não tinham o nível teórico nem a formação necessária para dar resposta às necessidades da revolução. Ademais, afirmava-se ser o programa da Escola inadequado e muito conservador para os ventos revolucionários do momento.

A luta por um reposicionamento da profissão foi dada pelo combativo grêmio no país, que iniciou uma intensa campanha pela transformação do Serviço Social para demonstrar a projeção política da profissão. Foram realizadas intensas jornadas nacionais, das quais participavam os comandantes e heróis do Sandinismo, com o compromisso e o fervor dos nicaragüenses. Este foi justamente um dos aspectos mais conflituos com a FKA, que não via com bons olhos a relação com as revolucionárias Nicarágua e Cuba. De fato, era paradoxal para esses democrata-cristãos entenderem os assistentes sociais do continente. Não era fácil para eles perceber que programas parecidos aos que realizavam em seus países e que se reconheciam como “assistencialistas” eram valorizados e tinham objetivos completamente diferentes num contexto em que as decisões políticas lhes davam uma orientação e um conteúdo “revolucionário”.

O fato é que, depois de longas sessões e de todo um processo de negociação, a Escola de Serviço Social na Nicarágua foi reaberta com um currículo básico mais de acordo com as aspirações do governo e da “revolução”. Este currículo foi proposto pelo CELATS e era coerente com os parâmetros defendidos pela reconceitualização.

**EP: Em 1979, antes do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o conhecido “Congresso da virada”, o CELATS realizou, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Capacitação Continuada,<sup>3</sup> com a participação de profissionais de vários estados do País. Como analisa o papel do CELATS na contribuição à organização político-sindical da categoria dos assistentes sociais brasileiros nos anos 80?**

**LL:** Este foi o primeiro encontro de capacitação continuada implementado no Brasil e na América Latina pelo CELATS e revestiu-se de uma especial transcendência pelo fato de ter tratado das relações entre a natureza e a função da prática profissional e o contexto institucional e social em que se desenvolve. Nesse sentido, o encontro discutiu aspectos mais concretos e vinculados à problemática nacional. Se me lembro bem, participaram representantes de mais de 12 estados do Brasil oriundos de escolas, grêmios e instituições onde impulsionavam os assistentes sociais.

Nessa oportunidade, foram enfatizados os condicionantes da política social e das instituições que a implementam, assim como a elucidação do significado real e oculto da ação dos assistentes sociais. Os próprios assistentes sociais tomavam consciência crescente de sua posição na sociedade. O Encontro tratou de analisar a dinâmica, sempre tensa, entre os interesses sociais presentes numa determinada instituição. Em uma palavra, afirmava-se que os aspectos relacionados à prática profissional e ao quadro institucional não poderiam ser entendidos de forma mecânica, e

<sup>3</sup> Os resultados desse evento foram publicados na Revista *Acción Crítica* vol. 6, em 1979. Cf. Lima, L; Iamamoto, M. V. e Carvalho, R. Encuentro Nacional de Capacitación Continuada. *Acción Crítica*, Lima - Peru, vol. 6, 1979, pp. 27-32.

sim através de suas dinâmicas relações. Enfatizou-se a importância de o assistente social ter controle sobre os condicionantes sociais que intervêm no seu trabalho, elemento fundamental para um exercício responsável da profissão e plena compreensão dos limites e possibilidades que a prática profissional oferece. Isto evitaria o que se chamou de “arrebatos voluntarista e/ou determinista”, ambos presentes na categoria profissional.

Como parte da estratégia de Capacitação Continuada, o CELATS impulsionou, também, um Curso de Capacitação à Distância. Neste marco, desenvolveu-se, em 1980, o Curso sobre Análise da Prática do Serviço Social (CELATS, 1983), que influenciou a formação dos assistentes sociais nas faculdades de Serviço Social da América Latina e contribuiu para o processo de redimensionamento da relação do “usuário-cliente”, como sujeito com direitos frente ao Estado. Até então, a abordagem tradicional não expressava adequadamente a posição do cidadão quando se beneficiava dos serviços sociais. Em outras palavras, o acesso aos recursos, às agências, às instituições públicas compreendia uma *situação de direito* e todos os cidadãos contribuíam para sua criação através da participação social na sua planificação e implementação. Não tínhamos presente neste enfoque de direitos o papel de vigilância do cidadão em relação à gestão pública e ao manejo dos recursos públicos. A visão das políticas sociais nos orientava a defender a participação social nos processos de formulação, execução e avaliação das mesmas.

A política e a estratégia de apoio do CELATS foram similares para todos os países, com resultados, de fato, específicos para o Brasil. Eles estão relacionados com a qualificação, o compromisso e as respostas dos que conformavam os grêmios no país e de um ativo processo de discussão e mobilização entre os profissionais vinculados às lutas sindicais em ascensão nesse momento (basta recordar a presença e a força mobilizadora de Luisa Erundina de Souza).

Naquele momento, a decisão de priorizar o apoio aos grêmios e ao seu fortalecimento foi uma das batalhas ganhas perante os representantes de ALAETS no Conselho Diretivo do CELATS. E esta foi, certamente, uma decisão acertada, pois permitiu que cumpríssemos um papel promotor e catalisador muito importante na articulação do Serviço Social latino-americano. O conhecimento e a vivência que tínhamos no grupo de profissionais do Brasil foram fundamentais para tomar essa decisão.

**EP: O CELATS teve um papel pioneiro no estímulo à pesquisa no Serviço Social e no debate sobre as políticas sociais, bem como na difusão do mercado editorial da área de Serviço Social. Como foi esta experiência, que publicações você resalta dessa época e como vê as repercussões dessas iniciativas do CELATS?**

**LL:** Este é talvez o terreno onde o CELATS fez suas melhores e maiores contribuições. Dentro de nossa instituição, havia um grupo que estava em sintonia com os novos ventos conceituais da época, cabeças pensantes, com boa formação e ao mesmo tempo com uma dialética mirada da dinâmica social. De fato, se não houve uma incorporação radical do pensamento marxista no campo profissional, houve um aproveitamento do “andamiaje” (como se dizia naqueles tempos) de conceitos para entender melhor o mundo, suas contraditórias relações e as reais incidências do acionar dos assistentes sociais. Nesse sentido, o CELATS soube identificar também

outros valiosos recursos nos diferentes países da região, entre os quais os brasileiros, que, como foi dito, se destacaram pelo fato de que aqui a profissão tinha iniciado um amplo debate sobre sua natureza, alcances e limites, no clima de discussão e questionamento da situação política interna ao país. Os assistentes sociais se somaram ao movimento sindical e muitos tomaram parte da resistência contra a ditadura militar, como mencionei anteriormente. Os estudantes universitários desafiaram as autoridades exigindo redefinição dos conteúdos curriculares e da prática profissional (foram emblemáticos os encontros nacionais de estudantes de Serviço Social). Entre os professores de muitas faculdades, encontravam-se cabeças pensantes e pontos de vista novos e renovadores que alimentaram este *aggiornamento* acadêmico. Outros profissionais de várias disciplinas, sobretudo na área social, vieram ao Serviço Social e colaboraram de forma decisiva nesta tarefa, como também já foi assinalado. Cheguei, então, ao CELATS em um momento e território dominados pela ênfase no “que fazer” da profissão: quem éramos nós, o que fazíamos, qual a natureza real da prática dos assistentes sociais. A contribuição do CELATS consistiu em abrir a angular, entender o contexto, buscar explicações estruturais, reconhecer as relações de dominação e dependência às quais estavam submetidas nossas economias, entender a divisão estratificada e desigual de nossas sociedades e, claro, a índole de nossos Estados latino-americanos.

Nesse quadro mais amplo, tentamos explicar melhor, buscamos localizar o correto espaço para a profissão de Serviço Social. Não queríamos negar a profissão, mas sim encontrar funções renovadas e superiores à “tramitologia” cotidiana e rotineira, tão comuns na prática profissional meramente assistencialista dos assistentes sociais. Não se tratava de mudar a profissão a partir dela mesma, mas de revisitar seu papel na sociedade e as possibilidades reais das instituições. Como disse anteriormente, foi por este caminho que chegamos à conclusão de que submergir-se no entendimento contextualizado da política social era fundamental e, por isso, o CELATS deu tanta importância a este debate. Não se falava naquele momento de política pública, que pressupõe concertação de interesses e de critérios entre Estado e demais opinantes. Nosso interesse estava concentrado nas políticas sociais implementadas pelo Estado. E em entender que essas políticas respondiam a uma série de interesses excludentes das maiorias sofridas e marginalizadas.

O CELATS, ao assumir este debate, colocou-se junto a vários estudiosos de outras disciplinas das Ciências Sociais, que estavam também preocupados com essa temática e impulsionavam nossos debates. Para o CELATS foi vital aproximar-se do tema das políticas sociais, porque aí atuavam os profissionais que ele representava. Indiscutivelmente ele apoiou a investigação não somente nas ações diretas na sede em Lima, mas também dos interessados em pesquisas em toda América Latina. Buscávamos uma explicação teórica e também do acionar da profissão com outros parâmetros, que superassem os exercícios de miradas umbilicais, e isto representou um grande aporte ao seu crescimento.

As intermináveis discussões sobre alcance, natureza e limitações da investigação-ação, se ela era ou não “científica”, consumiam horas de energia. Apoiamos também importantes experiências de investigação e pesquisa de jovens que, posteriormente e com este impulso, se transformaram em pesquisadores reconhecidos em nível na-

cional e latino-americano (Marilda V. Yamamoto e Raul de Carvalho), diretivos de Organizações Não-Governamentais (ONGs), ou pessoas com reconhecida participação política. As investigações promovidas pelo CELATS eram, sem dúvida, questionadoras do *establishment*, cujos resultados permearam a formação profissional. Elas se constituíam em textos de referência importantes e abriram um espaço que permitiu atribuir visibilidade à ação de uma profissão até então pouco valorizada.<sup>4</sup> Como também já dito, as publicações do CELATS marcavam tendências e linhas de trabalho, cumprindo realmente um importante papel na promoção e na circulação de idéias, experiências e investigações que tratavam de superar as dimensões cotidianas e acrílicas do trabalho de muitos profissionais.

**EP: Antes de sua saída do CELATS, você organizou o “Encontro de Chaclacayo (Peru)”, em 1982, que reuniu intelectuais de diferentes países da América Latina. Fale-nos dos objetivos e repercussões desse Encontro. Como você avalia os desdobramentos ulteriores dessa entidade?**

**LL:** O Encontro de Chaclacayo<sup>4</sup> foi importante graças à presença de um grupo de profissionais dos mais destacados na América Latina. Com o impulso das ações antes indicadas, o CELATS liderou uma corrente de formação e capacitação profissional permanente. Houve um Curso à Distância sobre Investigação Social, dirigido fundamentalmente aos docentes de Serviço Social da América Latina. Em relação aos profissionais em geral, deu-se continuidade com os programas de Promoção e Educação Popular, como curso a distância, o que permitiu introduzir os Direitos das Crianças, associados a uma organização internacional, a Radda Barner da cooperação sueca. Todas estas atividades a distância se complementavam com seminários e grupos de trabalho co-organizados com os grêmios e universidades do Sul, Centro América, Caribe e Brasil.

Acho que o CELATS não conseguiu implementar as recomendações de Chaclacayo porque, de fato, houve um debilitamento progressivo da instituição, que, pouco a pouco, perdeu a visão estratégico-política, e não conseguiu tratar os principais temas inerentes ao Serviço Social de forma crítica, não fortalecendo, portanto, a prática investigativa.

Além disso, o CELATS não pôde superar uma de suas debilidades intrínsecas: a dependência do financiamento majoritário por parte da FKA e, embora tenha conseguido algumas outras fontes financeiras (Canadá, Suécia, Itália), estas foram parciais. O CELATS tinha alcançado um crescimento significativo, difícil de ser sustentado economicamente e, por fim terminou reduzindo sua capacidade de ação a alguns âmbitos do Serviço Social dentro do Peru.

Avaliações posteriores, feitas pelos próprios colegas do CELATS, reconheceram também uma debilidade da organização gremial dos assistentes sociais e de sua representação no Conselho Diretivo do CELATS.

<sup>4</sup> Dentre estas publicações, no Brasil, podem ser citados os livros co-editados com a Ed. Cortez: Castro, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. 8ª edição. São Paulo: Celats/Cortez, 2007, cuja edição original foi de 1982; Yamamoto, M. V e Carvalho, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 21ª ed., São Paulo: Celats/Cortez, 2007, com edição original de 1982; A experiência do método BH encontra-se discutida em: Santos, L.L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Celats/Cortez, 1982.

Houve também voluntarismo e personalismo dos dirigentes, que se enfrentaram com a ALAETS, e isso teve como consequência a perda do caráter *latino-americano* da instituição, que era um de seus ganhos mais importantes. Esta perda de visão política, acadêmica e estratégica da organização levou a discussões e lutas políticas internas pelo controle das organizações, que culminaram com a atual e lamentável disputa pela propriedade da sede em Miraflores (Lima), adquirida com apoio da FKA e onde sempre funcionou o CELATS.

A ALAETS não pôde superar as dificuldades operativas derivadas da progressiva debilidade do CELATS, não planejou nem implementou programas que lhe permitiram realizar uma ampla convocatória para capitalizar o apoio das unidades de ensino do continente. E, na verdade, ficou historicamente comprovado que sua vitalidade dependia intrinsecamente da do CELATS e, frente a esta dupla debilidade institucional, o Serviço Social latino-americano foi o grande perdedor.

**EP: O Serviço Social latino-americano sofreu fortes repercussões da radicalização neoliberal e hoje busca se reorganizar, refundando a ALAETS, atual Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), cuja direção encontra-se atualmente no Brasil, sob a presidência da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Elizabete Mota, da Universidade Federal de Pernambuco: recuperando o seu ideário original, mas adequando-o ao novo momento sócio-histórico que vive a América Latina. Que recomendações você daria aos assistentes sociais da região, nesse difícil processo de rearticulação latino-americana do Serviço Social?**

**LL:** Capitalizar o atual patrimônio teórico, político e organizativo de uma categoria profissional com muitíssima força e história no continente. A pujança da formação acadêmica com seus cursos de pós-graduação em vários países (tendo o Brasil na liderança, como articular isto com o MELATS, programa de bolsas, o apoio da comunidade internacional: seria ainda possível?) certamente está gerando novas sinergias teóricas, políticas e instrumentais que nutrem a articulação dos assistentes sociais. Como retomar estrategicamente uma política de investigação e formação profissional para a América Latina de hoje? Este é o grande desafio! Pensar também em como capitalizar o patrimônio do imóvel em Lima para fazer dele um centro reativador das correntes de pensamento convergentes com um Serviço Social renovado e comprometido com a luta pelos direitos humanos numa América Latina mais devastada, mais empobrecida... Pensar em um programa de pesquisa, de intercâmbio compartilhado entre profissionais de vários países, como uma estratégia de articulação latino-americana (tantos meses de um brasileiro, colombiano, costa-riquenho, investigando e trabalhando na Colômbia e algum colombiano ou peruano ou argentino aqui no Brasil... será que isto não poderia fortalecer a articulação?

**EP: Após sua saída do CELATS você se engajou no trabalho da ONU, no campo dos direitos humanos. Conte-nos sobre sua experiência, os países por onde passou e os dilemas que mais a marcaram nesse trabalho.**

**LL:** Permaneci durante quase vinte anos nas Nações Unidas, sempre na América Latina. E se isto pode ser entendido como um limite, também traz um valor agregado. Não pude, infelizmente, trabalhar em outros continentes igualmente desafiantes,

como a África. Ao mesmo tempo, permanecer no continente me permitiu uma maior identificação com a América Latina e várias temáticas de importância na construção de nossas sociedades.

O trabalho com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – que se ocupa fundamentalmente da proteção dos refugiados e progressivamente dos deslocados internos – permitiu identificar que muitos princípios e valores ético-políticos norteadores do trabalho nas Nações Unidas são muito similares aos que permeiam a ação dos profissionais do Serviço Social. Que o trabalho interdisciplinar está indubitavelmente sempre requerido na atenção às vítimas dos conflitos, que a luta pela promoção e vigência dos Direitos Humanos se inscreve no marco institucional das reivindicações cotidianas por trabalho, educação, saúde e alimentação; – e que, portanto, apoiar o acesso por parte das vítimas dos conflitos às políticas públicas é uma forma concreta de contribuir, promover e atender a seus direitos cidadãos básicos;

– que este trabalho implica o conhecimento das tendências atuais da Migração Forçosa no mundo, das diferenças normativas entre um refugiado (que cruza uma fronteira internacional para salvar sua vida) e um deslocado interno (que se desloca dentro de seu próprio país para salvar também sua integridade física), da Doutrina Internacional dos Refugiados, dos Princípios Reitores para o Deslocamento Interno... – que existem tensões próprias do trabalho de um organismo internacional *vis-à-vis* das autoridades e da realidade nacionais;

– que este trabalho requer metodologias e instrumentos técnicos específicos, como os de negociação, observação e verificação dos Acordos de Paz; que a metodologia de resolução de conflitos, muito similar às utilizadas pelos assistentes sociais, requer uma aprendizagem específica.

O trabalho de verificação do cumprimento dos Acordos de Paz entre as partes requer também o manejo e o conhecimento de temas fundamentais. Ao participar de duas Missões de Paz da Secretaria Geral da ONU, trabalhei em estreita coordenação com oficiais da polícia e militares de diferentes países (entre eles, o Brasil). Buscavam-se a desmilitarização das sociedades centro-americanas e a reintegração dos ex-combatentes, assim como apoiar a formação de novos e mais civis policiais. Estas foram experiências de uma grande aprendizagem que permitiram entender a importância e o real papel dessas instâncias (Corpos de Segurança e Exército) na construção de um verdadeiro Estado de Direito.

**EP: Suas palavras de despedida para a Revista.**

**LL:** Queria, em primeiro lugar, agradecer a iniciativa do Comitê Editorial da Revista ao convidar-me para esta entrevista. Foi um lindo exercício de pensamento e de esforço de recordação, já que dispunha de pouca ou quase nenhuma bibliografia. Os intensos anos de trabalho nas Nações Unidas e de “migrante voluntária” por vários países teve por consequência a perda dos materiais do CELATS e os poucos ainda em meu poder, se encontram na Colômbia, onde vivo parte do ano.

Vivi este exercício com uma boa dose de responsabilidade por um balanço que necessariamente teria de ser coletivo para ser coerente com os princípios de trabalho que nortearam as experiências aqui mencionadas. E oxalá com este exercício de

memória, o anunciado pela *EM PAUTA*, no sentido de que a memória é mais um exercício do futuro, se concretize.

A pauta da entrevista já continha em suas perguntas muitas indicações. E foi um excelente guia para este exercício coletivo, que congregou novamente o encontro, ainda que a distância, com vários queridos colegas do CELATS, a quem agradeço o apoio. É importante que os assistentes sociais se aproximem da dimensão da migração forçada; e que existam teses de mestrados e doutorados sobre esta temática. É importante, também, reconhecer os alcances e limites do multilateralismo frente a atual hegemonia norte-americana; e reanalisar o real significado da ação e intervenção humanitárias no atual quadro político latino-americano e mundial. Finalizando, é ainda importante incorporar, na formação dos assistentes sociais, temas vinculados ao Direito Público Internacional (Direito Internacional Humanitário, Doutrina de Direitos Humanos, Direito Internacional dos Refugiados).

## BIBLIOGRAFIA

- CELATS. *Serviço Social crítico: problemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez/Celats, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Trabajo Social en América Latina. Balance y perspectivas*. Lima (Peru): Ed. Celats, 1983.
- \_\_\_\_\_. *La Práctica del Trabajador Social. Guia de Analisis*. Lima (Peru): Celats, 1983.
- CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 21ª ed. São Paulo: Celats/Cortez, 2007.
- LIMA, L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Celats/Cortez, 1982.
- LIMA, L; IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. Encontro Nacional de Capacitación Continuada. *Acción Crítica*, Lima-Peru, v. 6, 1979, pp. 32-37.